

Antiga área de reserva tem contaminação

Levantamento de ONG aponta existência de mercúrio em peixes de área da Renca, extinta na última quarta (23)

Para ambientalistas, há risco de situação piorar após reserva mineral ser aberta para iniciativa privada

PHILLIPPE WATANABE
DE SÃO PAULO

Pesquisadores encontram, em uma região que fazia parte da Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados), peixes contaminados por mercúrio.

Na quarta (23), foi publicado um decreto do presidente Michel Temer revogando o status de Reserva Nacional da Renca, reserva mineral criada em 1984 para evitar a perda de recursos estratégicos.

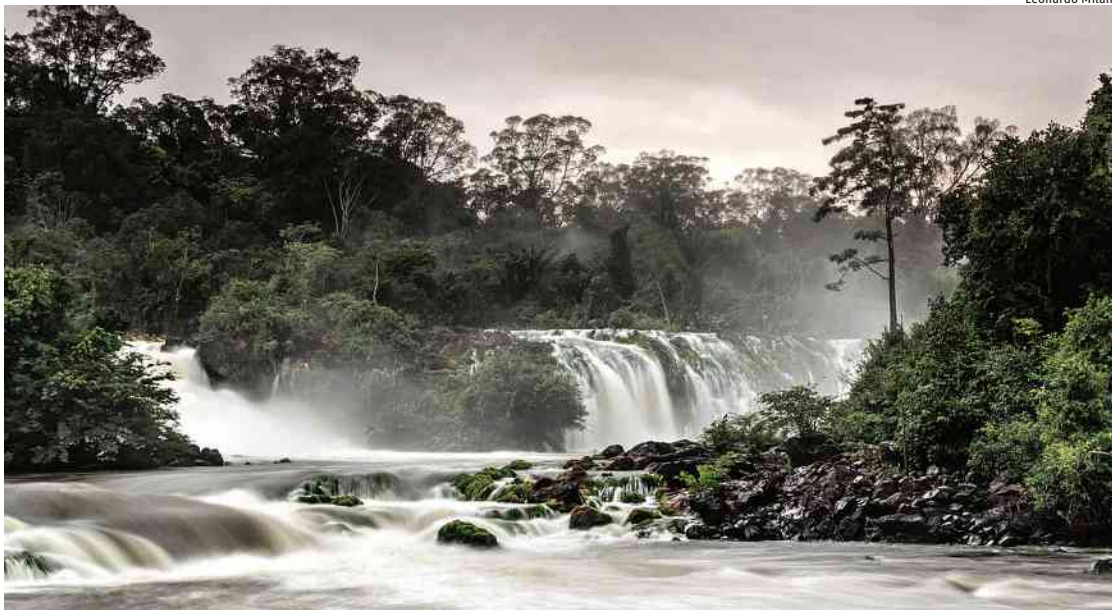
Os dados — obtidos com exclusividade pela **Folha** e fruto de pesquisa do WWF-Brasil e do ICMBio — apontam que, no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e na Flona (Floresta Nacional) do Amapá, que não fazia parte da Renca, em 81% dos espécimes investigados há contaminação por mercúrio.

A substância é um metal pesado utilizado no processo de extração do ouro. Paulo Cesar Basta, médico da Fiocruz, diz que não há níveis seguros de exposição à substância.

Foram analisados 187 peixes, coletados em 33 locais. Destes, 151 apresentavam contaminação por mercúrio.

Segundo Marcelo Oliveira, do WWF-Brasil, oito espécies foram investigadas: piranha-preta, trairão, piranha-amarela, mandubé, pintado, pirarara, cachorra e pirapucu. Cinco espécies tinham mais de 50% dos indivíduos com níveis de mercúrio superiores a 0,5 mg/kg — limite de tolerabilidade da OMS (Organização Mundial da Saúde) para consumo humano.

As cinco espécies encontradas com níveis de mercúrio acima do indicado pela OMS são piranha-preta, trairão, pintado, cachorra e pirapucu.



Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, área de proteção ambiental integral localizada no Amapá e no Pará

“São espécies consumidas pela população da região e obtivemos esses números alarmantes. É um problema de saúde pública”, diz Oliveira. “Se começar a juntar os pontos, você vê que o cenário é bastante preocupante.”

Paulo Basta afirma que “o mercúrio é um metal pesado com fácil difusão no corpo e que altera o metabolismo celular. O sistema nervoso central, principalmente, é vulnerável à substância”.

Oliveira e Basta, na segunda etapa do projeto, estudam a saúde das populações dos arredores. Serão investigadas outras nove áreas — entre elas, florestas nacionais e parques nacionais — e quatro terras indígenas. Oliveira diz que, durante a nova etapa, já foram encontrados indígenas com sintomas de contaminação.

Após a extinção da Renca, ambientalistas demonstra-

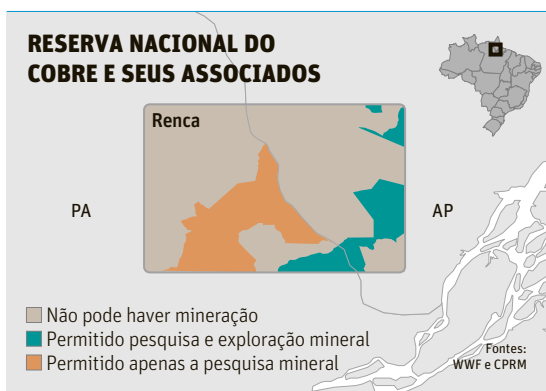
ram preocupação com uma possível corrida pela ouro na região e com a pressão sobre terras indígenas e áreas de preservação. A questão de saúde pública e contaminação da cadeia alimentar também deve receber atenção, segundo o pesquisador da WWF.

“Se aumentar a permissividade para esse tipo de atividade [mineração] na Renca, o panorama para contaminação é de piora”, afirma o cientista

da WWF, segundo o qual, mesmo em áreas legais de garimpo, há altas taxas de contaminação ambiental e de problemas de saúde.

A assessoria da Presidência da República, em nota, disse que a extinção da Renca não afeta as áreas de proteção integral presentes na região e que qualquer empreendimento futuro “terá de cumprir exigências federais rigorosas para licenciamento específico, que prevê ampla proteção socioambiental, como já mencionado no decreto”.

“A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, [...] territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas [...], destrói a natureza e polui os cursos d’água com mercúrio”, continua a nota, que termina dizendo que o “compromisso do governo é com soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia”.



▶ EXTINÇÃO DA RENCA ‘VERGONHA’, DIZ GISELE BÜNDCHEN

A atriz e modelo Gisele Bündchen se manifestou em rede social sobre a extinção da Renca pelo governo Temer. “Estão leilando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados”, disse.



Piranha-preta (esq.) e pintado, ambos peixes de ocorrência amazônica; espécimes analisados dos animais estavam com quantidade alta de mercúrio



ANÁLISE

Mesmo sem ser reserva ambiental, Renca favorecia preservação

MAURÍCIO TUFFANI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Extinta pelo presidente Michel Temer, a Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados) não era uma unidade de conservação ambiental.

Sua delimitação por decreto pelo presidente João Figueiredo em 1984, no final do regime militar, serviu apenas para dar exclusividade ao poder público em seus 46.450 km² para a pesquisa na exploração mineral, permitindo a participação privada somente por meio de convênio.

Embora na época ainda não existissem na legislação brasileira os princípios de proteção ambiental instituídos na Constituição Federal de 1988, já estava em vigor a avançada lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981.

No decreto de criação da Renca, assim como em sua atualização no ano seguinte, já no governo de José Sarney (PMDB), não havia dispositivos sobre proteção ambiental.

Apesar de não ser essa a finalidade da reserva, o monopólio de exploração da área para a estatal CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), do MME (Ministério das Minas e Energia) acabou indiretamente ajudando

a fortalecer ainda mais a preservação das unidades de conservação em seu interior.

Situada entre os Estados do Pará e do Amapá, e tendo uma extensão equivalente à do Espírito Santo, a Renca englobava três unidades de conservação de proteção integral — a Estação Ecológica do Jari, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Reserva Biológica de Maicuru —, além das duas terras indígenas Rio Paru D’este e Waiãpi e quatro reservas de uso sustentável.

A extinção da Renca já vinha sendo solicitada há anos por empresários da minera-

ção. Desde a instituição da reserva em 1984, o MME recebeu 472 requerimentos de autorização de pesquisa, dos quais 272 foram negados e os restantes 149 tiveram homologações de desistência, segundo publicação do ministério em maio no “Diário Oficial da União”.

Em abril, o ministro Fernando Coelho Filho já havia dado o passo decisivo para acabar com a reserva.

No dia 19 daquele mês ele assinou portaria determinando que todos os requerimentos relativos à Renca pendentes de decisão seriam indeferidos. E informou que

em breve encaminharia a proposta de extinção para o presidente da República.

Justamente por não ter nenhuma finalidade ambiental, a extinção da Renca não teria como implicar, por si só, autorização para ações de devastação na região.

No decreto de extinção publicado ontem por Temer, serviu apenas como “antídoto” para interpretações negativas do artigo que afirma prevalecer “a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira”.

RAIO-X RENCA

Nome
Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca)

Área
46.450 km², entre o Amapá e o Pará

Ano de criação
1984

Composição
Quadrilátero que se sobrepõe a

- áreas de proteção integral: Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Reserva Biológica de Maicuru;
- áreas de uso sustentável dos recursos: Reserva Extrativista Rio Cajari, Floresta Estadual do Paru, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e Floresta Estadual do Amapá
- terras indígenas: Rio Paru D’este e Waiãpi

Objetivo inicial
Segundo o MME, evitar o desabastecimento de recursos minerais estratégicos para o país, como ouro, platina, cobre, ferro, manganês e níquel

Exploração
Era bloqueada para investidores privados e não ocorreram parcerias com o governo devido ao alto custo operacional

Novidade
O decreto 9.142/2017 retira o status de reserva nacional de algumas áreas da antiga Renca; cerca de 30% do total poderá ser explorado.

Riscos
Pressão sobre terras indígenas e Unidades de Conservação; nova corrida pelo ouro; desmatamento e ameaça à biodiversidade

Mineração
O setor corresponde a 4% do PIB brasileiro e a produção em 2016 foi de US\$ 25 bilhões

Ameaças à saúde
Estudo do WWF Brasil, feito em conjunto com o ICMBio, com peixes que vivem na região, mostrou que 81% dos espécimes coletados apresentavam traços de contaminação por mercúrio, um subproduto da mineração ilegal na região

No entanto, a extinção do monopólio da pesquisa mineral para a CPRM não é apenas um forte fator de atração de investimentos de exploração para uma atividade que é das de mais elevado impacto ambiental.

É também, e ao mesmo tempo, o começo de uma situação que exigirá maiores esforços dos órgãos de fiscalização ambiental e em uma região de difícil acesso na Amazônia.

A notícia pegou de surpresa ONGs ambientais. Pelo que se conhece da relação com a área de mineração, é bem possível que o MMA também tenha se surpreendido ou não se preparado devidamente.

O jornalista MAURÍCIO TUFFANI é editor do site Direto da Ciência